



### ATA DA 3ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2021

Aos seis dias do mês de agosto de 2021, de 14 às 17 horas, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea/MG realizou a 3ª Plenária Ordinária de 2021, em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 22.806/2017. Considerando a pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), a plenária foi realizada à distância por meio da plataforma *Google Meet*. **Estiveram presentes pela equipe do Consea:** Joana Almeida dos Reis Caldeira Brant (Secretária Executiva), Ronaldo Lima (Assessor Técnico), Eliana da Cunha M. Santos e Rita de Cássia Vieira Duarte (Assessoras Administrativas). **Estiveram presentes os(as) conselheiros(as) representantes da sociedade civil e do poder público, membros das Coordenações Colegiadas das Crsans e convidados:** Renata Siviero Martins (Presidente), Joaquina Júlia Martins (Vice-presidente), Adão Miguel Arcanjo, Ana Lídia Coutinho Galvão, Alexandre Vieira Gonçalves, Bianca Aparecida Lima Costa, Bruno Martins Dala Paula, Cândida Elisa de Castro, Carina Aparecida Veridiano, Cecília Aparecida do Carmo, Cláudia Emília da Silva Pereira, Clarissa Calais, Conceição Maria do Carmo de Souza (Tutuca), Dalete Madalena dos Reis, Daniele Brasileiro, Edilson de Rezende Costa, Edna Leite Ramos, Ellen Vieira Santos, Elma Lúcia de Freitas Monteiro, Erick Teixeira de Assis, Evandro de Freitas Bouzada, Geovania Carelli, Geralda Kelen Fonseca, Graciele de Fátima Simões, Imaculada Conceição, Jaqueline Soares Barbosa, João Batista Góis Pinto, José Raimundo Dias, Juliana Macário de Oliveira, Karolinne Mello, Laiane Nuñez, Leonardo Koury Martins, Lidiane Lopes Moreira, Lívia Maciel Peres, Luiz Felipe Paiva Lourenção, Márcia Campanharo Zanetti Bonetti, Margareth Guimarães, Marinalva Woods Pedrosa, Marisa da Silva Neiva Ferreira, Maria Antônia Costa Nogueira, Maria Aparecida O. Martins, Melissa Luciana de Araújo, Nardielle Antunes Coelho, Nathália Ribeiro Mota Beltrão, Nadja Murta, Samuel Fernando Pedroso Macati, Silvestre Dias, Sílvia Elizabeth Contreras Morales, Sophia Maria Lins Nunes, Tatiane Guimarães P. Maciel, Vanilson Antônio Rodrigues, Wanessa Marinho Assunção, William Bento. **Justificativa de ausência:** Henrique Oliveira Carvalho (Secretário Geral do Consea). Verificado o quórum regimental, a presidente Renata Siviero fez a abertura agradecendo a presença de todas(os) e apresentando a pauta: 1) Aprovação da Ata da 2ª Plenária Ordinária de 2021; 2) Entrega do V Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Caisan-MG); 3) Apresentação do relatório de Monitoramento das Políticas Públicas de SANS (Caisan-MG); 4) Relato das Comissões Permanentes do Consea-MG: - Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada, - Comissão Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais, - Comissão Permanente de Sustentabilidade, - Comissão Permanente de Representantes das Crsans; 5) Informes. O conselheiro estadual Leonardo Koury Martins solicitou o acréscimo de dois pontos na pauta: 1) Nota Pública sobre as Conferências Estaduais de Assistência Social e 2) Não publicação do Regimento Interno do Consea, que foi aprovado pelo plenário em 2020. Renata Siviero acolheu a proposição. Em seguida, foi colocada em votação, a Ata da 3ª Plenária Ordinária de 2021 que foi aprovada considerando as ressalvas colocadas pela conselheira Joaquina Júlia Martins. Passou para o segundo ponto de pauta que trata da entrega formal do V Plano Estadual de Sans pela Caisan-MG. João Batista Góis Pinto (Dsan/Sedese) cumprimentou o Consea pela realização do Seminário sobre Monitoramento das Políticas Públicas de Sans. Em seguida, João fez a entrega oficial do V Plano Estadual de Sans falando sobre a sua diagramação e adequações. Ressaltou a riqueza do conteúdo do documento e a importância da contribuição de todos(as). Renata Siviero agradeceu e abriu



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais**  
**CONSEA-MG**

45 para a manifestação dos presentes. Questionaram se o plano será impresso e parabenizaram  
46 a Caisan-MG. João esclareceu que no momento a versão é digital, tendo em vista que os  
47 recursos foram priorizados para a área da saúde neste momento de pandemia. Esclareceu que  
48 vai disponibilizar o plano para que seja encaminhado a todos(as). Renata solicita que a Caisan-  
49 MG avalie a possibilidade de impressão de algumas cópias conforme sugerido por alguns  
50 conselheiros(as). João esclareceu, também, que a redação do plano é a mesma que foi  
51 aprovada pelo plenário do Consea e que alguns ajustes foram feitos com relação à questão  
52 ortográfica. Sobre a publicação do Regimento Interno, o conselheiro Leonardo Koury destacou  
53 a importância de justificativas sobre a não publicação do regimento interno que legaliza as  
54 atribuições dos conselheiros representantes da sociedade civil. João informou que não esteve  
55 envolvido com esse encaminhamento e solicitou a Joana o repasse de informações. Joana  
56 informou que o processo está tramitando na Casa Civil e que está aguardando o retorno da  
57 cobrança feita pelo Conselho. João sugere encaminhar nova solicitação junto à Casa Civil.  
58 Renata esclareceu que o RI já foi aprovado pelo plenário e que fica como encaminhamento  
59 desta plenária o envio de ofício solicitando justificativas quanto à não publicação do  
60 regimento Interno. A conselheira Melissa ressaltou a importância das considerações da Casa  
61 Civil e que se trata de assunto que carece de muita atenção dos conselheiros da sociedade  
62 civil, tendo em vista que o controle social está muito ameaçado neste momento. A conselheira  
63 Bianca perguntou se o regimento interno volta para aprovação do plenário caso ele seja  
64 modificado pela Casa Civil. Renata Siviero esclareceu que a Casa Civil sugeriu algumas  
65 adequações as quais não foram aceitas justamente porque o documento já havia sido  
66 aprovado pelo plenário e que estamos aguardando o retorno da Casa Civil. João Batista  
67 esclareceu que caso haja alguma alteração, o documento retorna para validação antes de sua  
68 publicação. Joaquina Júlia questionou se ficou definido como encaminhamento o envio de  
69 nova solicitação à Casa Civil solicitando informações, o que foi confirmado pela presidente.  
70 Renata Siviero passou para o próximo ponto de pauta que trata do relatório de  
71 monitoramento das ações de Sans. João apresentou o relatório que explica a metodologia do  
72 monitoramento e a forma como as informações são inseridas no sistema do Governo do  
73 Estado. O relatório demonstra, também, a execução financeira mensal e de forma bimestral  
74 abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2020 e de janeiro a abril de 2021. Destacou  
75 que no final do relatório constam todos os programas detalhando a ação orçamentária na qual  
76 estão vinculados, o valor orçamentário, o órgão responsável pela execução, dentre outras  
77 informações. Exemplificou apresentando algumas ações que citam o valor orçamentário e o  
78 valor executado. Como são muitos programas e informações, João sugere que o Consea defina  
79 aqueles relacionados à política de Sans e priorize o seu acompanhamento. Bianca ressaltou a  
80 importância de encaminhar os documentos aos conselheiros para conhecimento e  
81 entendimento prévios, para definir as áreas prioritárias e fazer o controle social. João  
82 esclareceu como funcionam os prazos para entrega das atividades de cada órgão e reconhece  
83 a importância de enviar todo o material com antecedência e que, neste caso, o relatório não  
84 foi enviado devido a finalização do V Plano. Colocou-se à disposição para contribuir no  
85 monitoramento fornecendo informações e esclarecimentos conforme a necessidade dos  
86 conselheiros. Leonardo Koury falou ser necessário uma relação mais correlata com o Consea  
87 e a Caisan. Em especial, Leonardo citou que no ano de 2020 várias ações tiveram  
88 contingenciamento. Ressaltou ser importante elencar as ações prioritárias e a Caisan subsidiar



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais**  
**CONSEA-MG**

89 e evitar esse contingenciamento orçamentário. Sugeriu enviar para a proposta de  
90 monitoramento para que todos(as) possam ler o documento e exercer o controle social, já  
91 que essa proposta se refere ao V Plano Estadual de Sans. Recomendou a realização de uma  
92 plenária extraordinária para discutir essa proposta. Joaquina Júlia pontuou que “mesmo  
93 diante de toda a exposição do João sobre o prazo a gente tem que manifestar esse desconforto  
94 de receber esse documento no dia da plenária. A competência da Caisan é elaborar o relatório  
95 e a análise sobre o não cumprimento das metas. A Dsan está sobrecarregada e a Caisan  
96 deveria estar aqui dialogando com a gente. A Caisan é órgão de articulação. A Caisan precisa  
97 acompanhar e analisar”. Propôs a Caisans o envio de ofício a todos os órgãos responsáveis  
98 pelas 50 ações que estão no plano solicitando informações sobre a execução dos programas.  
99 João esclareceu que a Diretoria de San é responsável por secretariar a Caisan e que ocupa o  
100 cargo de Secretário Executivo da Caisan. Recomendou ao Conselho definir quais as  
101 informações são mais importantes como: baixa execução física e orçamentária; desafios;  
102 região que está sendo priorizada? Joaquina detalhou algumas informações sobre o PAA que  
103 podem ser utilizadas em outros programas. Bianca propôs não aprovar o relatório antes de  
104 tomar conhecimento. João informou que o relatório não está em aprovação, que cabe a Caisan  
105 apresentar esse relatório quadrimestralmente. Leonardo Koury colocou que o relatório não  
106 está em aprovação, mas a proposta pode ser rejeitada. Destacou as dificuldades do estado  
107 frente ao Sisan e o problema de o Consea estar vinculado a uma secretaria intersetorial que  
108 executa a política de San e coordena as ações intersetoriais. Esclareceu que não é momento  
109 de rejeitar a proposta porque o documento não foi lido para dizer se está adequado. Lembrou  
110 que no mês de dezembro de 2020 a Crsans Metropolitana encaminhou solicitação de  
111 esclarecimento referente ao PPAG, especialmente no período de janeiro a dezembro de 2020,  
112 no que tange a várias ações no campo da execução física e financeira. Ressaltou que a partir  
113 do monitoramento possam incidir não só no que se percebe nas informações, mas também  
114 quais as perspectivas a atingir para executar as metas do plano. A conselheira Graciele falou  
115 sobre a execução de algumas ações que ela acompanha. Ressaltou a importância de conhecer  
116 a proposta da Caisan e, a partir daí, priorizar as ações para monitoramento. Joaquina Júlia  
117 destacou que o não conhecimento dessa proposta de monitoramento não inviabiliza a  
118 solicitação de informações. Renata Siviero citou os dois encaminhamentos definidos pelo  
119 plenário: 1) enviar ofício solicitando informações de alguns programas como o PAA e PNAE; 2)  
120 realizar plenária extraordinária para discutir a proposta de monitoramento. Bianca sugeriu  
121 tomar conhecimento da proposta e avaliar o que precisa ser aprofundado. Renata sugeriu que  
122 as Comissões Permanentes façam a leitura do documento e assinalem suas contribuições  
123 antes da realização da plenária extraordinária. João Góis reforçou a importância de o Consea  
124 definir quais as informações devem ser solicitadas aos órgãos executores e que esse padrão  
125 possa ser utilizado nos outros programas além do PAA e PNAE. Esclareceu sobre a execução  
126 mês a mês, respondendo às colocações feitas pela conselheira Graciele. Como  
127 encaminhamento, Renata Siviero informou que a proposta será enviada pelo João à Secretaria  
128 Executiva do Consea para análise das Comissões Permanentes, sugerindo um prazo de 30 dias  
129 para retorno sobre o documento. Bianca concordou com o João no sentido de ter esse modelo  
130 para levantamento das informações. Destacou a pontuação feita pelo conselheiro Luiz Felipe  
131 quanto ao conhecimento dos conselheiros que participarão dessa avaliação e buscar facilitar  
132 o acesso às informações para melhor entendimento do processo. Luiz Felipe esclareceu a



133 importância de uma capacitação que possa auxiliar as Comissões Permanentes nessa  
134 avaliação e sugeriu essa deliberação para efetivar o conhecimento e a ação das pessoas.  
135 Renata concorda, mas colocou a questão de tempo hábil para esse processo. Sugeriu que após  
136 a leitura do documento as dúvidas sejam compartilhadas e esclarecidas. O conselheiro  
137 Silvestre Dias concorda com Luiz Felipe quanto à capacitação, mas diante do tempo, falou que  
138 cada Comissão Permanente tem representantes governamentais que possuem experiência  
139 para auxiliar nesse processo. Graciele reforçou a importância da leitura do documento e citou  
140 os pilares do conhecimento. Joaquina colocou que a capacitação e análise de relatórios são  
141 coisas distintas. Esclareceu que os conselheiros têm que receber o relatório e a análise da  
142 Caisan e, a partir daí, se debruçarem. Concorde que a capacitação é fundamental, mas não  
143 pode vincular isso à questão da análise. Lembrou que a análise é quadrimestral e de  
144 responsabilidade da Caisan conforme disposto na lei. O conselheiro Bruno falou da  
145 importância de fazer a leitura, e se sentiu contemplado com a fala da Joaquina. Em seguida,  
146 Renata Siviero passou para o próximo ponto de pauta que trata da apresentação das  
147 Comissões Permanentes (CPs). Joana passou a palavra para a CP Sustentabilidade. Elma  
148 Monteiro informou que iniciaram as discussões falando sobre o funcionamento da CP e seus  
149 eixos: Produção, Abastecimento Alimentar, Disponibilidade de Água, Acesso à Terra,  
150 Agrotóxico, Agroecologia, Assistência Técnica Rural. Esclareceu que esses temas foram  
151 realocados em três eixos e divididos em grupos de trabalho. 1) Produção, Abastecimento e  
152 Assistência Técnica Rural; 2) Disponibilidade de Água e Acesso à Terra e 3) Agroecologia e o  
153 Uso de Agrotóxicos. Considerando algumas demandas do Programa de Aquisição de  
154 Alimentos – PAA, a Comissão priorizou as discussões sobre produção, abastecimento e  
155 assistência técnica, buscando identificar os problemas e as prioridades. Joana justificou a  
156 ausência do conselheiro Jardel Lopes e passou a palavra para a conselheira Melissa  
157 coordenadora da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada. Melissa  
158 falou da expectativa de entrega do plano em meados do mês de junho e como não ocorreu  
159 foi necessário redefinir as prioridades. Lembrou da decisão na última plenária sobre a  
160 realização de uma plenária extraordinária para discutir questões do monitoramento e de  
161 apresentação e discussão do instrumento de exigibilidade e trazer um seminário com a  
162 presença do Ministério Público da Controladoria e da Defensoria Pública para tratar de  
163 assuntos pertinentes ao monitoramento como ocorreu ontem. Informou sobre a importância  
164 da parceria com a Associação Mineira de Municípios para tratar e incidir a pauta de San nos  
165 municípios. Informou sobre reunião realizada em junho e aguarda outra agenda para tratar  
166 desse alinhamento. Sobre a pauta dos povos Warão e imigrantes, A CP Sustentabilidade  
167 entende que é uma pauta que deve ser acompanhada pela Comissão Permanente de Povos e  
168 Comunidades Tradicionais – PCTs, mas que a comissão está disponível para dialogar sobre as  
169 questões de violação dos direitos dos povos Warão e imigrantes. Informou da contribuição no  
170 debate sobre a metodologia dos encontros territoriais e do encontro preparatório da região  
171 Sudeste para a conferência popular. Sugeriu aos conselheiros a leitura dos relatórios para  
172 conhecer o que tem ocorrido nos territórios e na ponta. Informou que devido a preparação  
173 do encontro Sudeste e do seminário de monitoramento a comissão não se reuniu. Ressaltou  
174 a necessidade de retomar o instrumento que tem trabalhado sobre a matriz de violação para  
175 alinhar e pensar as possibilidades de aplicabilidade dessa matriz. O conselheiro Evandro  
176 Bouzada solicitou constar em ata como encaminhamento a questão do instrumento de



177 exigibilidade do direito humano à alimentação adequada a partir dos desdobramentos do  
178 seminário. Melissa concordou e acrescentou informações sobre os diálogos que foram feitos  
179 no último trimestre com a Defensoria e o Ministério Público no sentido de alinhar as ações e  
180 revisitar esse instrumento buscando alcançar o que almejam em relação a sua aplicabilidade  
181 no âmbito do Estado. Evandro solicita a Renata o encaminhamento para concluir esse  
182 instrumento ainda neste ano. Renata Siviero sugeriu discutir essa questão na Mesa Diretiva.  
183 Melissa concorda e sugere rever o planejamento para alinhar o monitoramento do plano e o  
184 instrumento de exigibilidade e sugere apresentar o instrumento na próxima plenária. Renata  
185 pediu para a CP Sustentabilidade avaliar o prazo que terá para alinhar o instrumento e  
186 informar se entrará na pauta da Plenária Extraordinária ou da 4ª Plenária a ser realizada em  
187 novembro. Em seguida, a conselheira Lívia Maciel, da Comissão Permanente de Povos e  
188 Comunidades Tradicionais, relatou sobre os dois ofícios elaborados pela CP especificamente  
189 do povo Warao em Uberlândia do povo Warao em Minas Gerais. Considerando os vários  
190 pedidos de cestas básicas, Lívia falou da proposta de o Consea intervir na distribuição de cestas  
191 básicas emergenciais do Estado, articulando com os municípios. Joana passou a palavra para  
192 Maria Aparecida, coordenadora da Comissão Permanente de Representantes das Crsans. Cida  
193 cumprimentou a todos(as) e iniciou a apresentação falando do esforço das Crsans para  
194 potencializar as ações de Sans nos territórios mesmo diante das dificuldades devido aos  
195 impactos da pandemia e do reflexo do desmonte das políticas de San pelo Governo Federal.  
196 O documento sistematizou as ações de cada Crsans e as atividades que vem sendo realizadas  
197 pelas 17 Comissões Regionais de Sans nos territórios. Cida acrescentou que todos estão  
198 participando mesmo diante do momento difícil. Ressaltou as várias atividades como lives,  
199 cursos e seminários. Em nome de todos os representantes, Cida agradeceu a todos(as) que  
200 enviaram as informações e encerrou a apresentação. Renata Siviero parabenizou pelas  
201 apresentações das Comissões Permanentes, que nos mostrou todo o trabalho que vem sendo  
202 realizado mesmo neste momento de pandemia. Leonardo Koury fez a leitura da Nota de Apoio  
203 ao Processo Conferencial da Política da Assistência Social em Minas Gerais e pelo  
204 Fortalecimento entre os Sistemas SUAS e SISAN enquanto Estratégia para a Exigibilidade do  
205 Direito Humano à Alimentação Adequada. Joaquina Júlia sugeriu acrescentar a política de  
206 segurança alimentar e nutricional no parágrafo onde cita “A Política de Assistência Social atua  
207 como serviço essencial neste momento de calamidade pública e precisa ser fortalecida frente  
208 aos ataques e o desmonte da Seguridade Social”. A conselheira Sílvia Contreras, considerando  
209 a importância do documento, sugere encaminhar para outras entidades e atores. Joana  
210 solicitou aos conselheiros colocar no chat o de acordo pela aprovação da Nota de Apoio. Na  
211 sequência, Joana passou para o último ponto de pauta que trata dos informes sobre as  
212 atividades realizadas pelo Consea no período de março a julho de 2021. Esclareceu que todos  
213 os documentos serão compartilhados com os(as) conselheiros(as). Joaquina solicitou aprovar  
214 “ad referendum” a Nota de Repúdio a ser enviada pelo Conselho à Superintendente de  
215 Alimentação Escolar de São João Del Rei. Joana esclareceu que aguarda a avaliação da Mesa  
216 Diretiva para dar os encaminhamentos. Renata agradeceu a presença de todos(as) e encerrou  
217 a plenária. Eu, Renata Siviero Martins, Presidente do Consea-MG, lavrei a presente ata que  
218 será apresentada na próxima plenária ordinária para aprovação. Belo Horizonte, 06 de agosto  
219 de 2021.